



O pensamento Pankararu sobre as questões de gênero, raça, corpo e sexualidade: primeiros olhares

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SIMPÓSIO: ST-08. **Música, Gênero, Corpos e Sexualidades: processos, métodos e práticas de produção sonora dos ativismos feministas decoloniais e LGBTTQI+**

Andeson Cleomar dos Santos

Universidade Federal da Bahia – Andeson.cleomar@ufba.br

Resumo. Neste artigo apresento um recorte de minha pesquisa de doutorado para fazer algumas reflexões e provocações iniciais sobre as questões de gênero e sexualidade sob a perspectiva do pensamento Pankararu. Trago minha escrita a partir do conceito metodológico criado por Conceição Evaristo *escrevivência* olhando para meu povo, minhas experiências, vivências e memórias.

Palavras-chave. Gênero e sexualidade Pankararu. Protagonismo feminino cis e LGBTQIA+ Pankararu.

Title. **Pankararu thinking on gender, race, body and sexuality issues: first glances**

Abstract. In this article I present a clipping of my doctoral research to make some reflections and initial provocations on the issues of gender and sexuality from the perspective of Pankararu thought. I bring my writing from the methodological concept created by Conceição Evaristo *Escrevivência* looking at my people, my experiences, experiences and memories.

Keywords. Gender and sexuality Pankararu. Female protagonism cis and LGBTQIA+ Pankararu.

1. Introdução

Nesse artigo trago algumas reflexões e provocações que vieram até mim durante algumas discussões e leituras que tive acesso nos dois primeiros semestres do doutorado em (etno)musicologia, referente ao semestre remoto 2020 e 2021.1. Embora tenha tido acesso a tais discussões durante minha trajetória acadêmica de forma indireta, essa é minha primeira experiência direcionada, a qual apresento como o “início” de meus estudos sobre tais questões e movimentos. Nesse sentido, é natural que tenha certas inseguranças e receio de tratar determinados temas, tal como trazer termo e conceito. Para evitar ao máximo cair em equívocos, percepções errôneas e estereotipadas, tenho como ponto de partida dessa longa caminhada - que considero ativista e engajada - um olhar voltado para meu lugar, para o meu terreiro tradicional, mas principalmente para mim.

Reconheço meu lugar enquanto indígena Pankararu, mas também reconheço que não sou só isso. Em nossa sociedade tenho várias identidades, e sou lido de diversas formas. Na verdade nós somos muitos, o ser humano é complexo e somos o que nos propomos a ser em um dado momento e contexto. Sob o olhar de meu caminho profissional, por exemplo, sou músico, violonista, compositor, educador musical, artista, pesquisador. Sob a perspectiva daquilo que me foi dado por Deus e a força encantada, sou lido como outra existência por essa



mesma sociedade. Então sou homem, hétero cis, de corpo negro, de classe pobre, nordestino, pernambucano. O território Pankararu está localizado no alto sertão pernambucano, corresponde a uma área de 14.294 hectares que foi demarcada ainda pelo extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio), na década de 1940.

Olhando para meu povo agora com outras lentes, sob outras perspectivas - não apenas direcionada à identidade étnica, mas também às questões de gênero, sexualidade e interseccionalidade - apresento vivências, memórias, narrativas minhas e de outros parentes, as quais antes não havia me atentando para suas nuances e importância sociais. São observações do cotidiano em Pankararu que dizem respeito às questões de gênero, raça e sexualidade, mas especificamente o protagonismo dessas pessoas no sustento, fortalecimento da nossa cultura e identidade enquanto organização social, enquanto povo.

Trago minha escrita a partir do conceito metodológico criado por Conceição Evaristo, *escrevivência*, como contribuição para uma reformulação epistêmica no âmbito acadêmico, e contribuição para pensarmos outras formas de construção de conhecimento. Em linhas gerais, a *escrevivência* é um método de investigação, de produção de conhecimento e de posicionalidade empírica que se utiliza de experiências pessoais de quem escreve para problematizar e trazer ao centro de discussão temas de grupo ao qual pertence, nas quais suas próprias narrativas e voz, compartilha a história de um *nós* (SOARES; MACHADO, 2017). Descrevo meus marcadores, porque é importante dizer quem sou, de onde falo e porque falo, pois entendo-o como um ato político, onde reescrever histórias é resistência, é reafirmação de nossa existência enquanto ser único, mas também que representa um todo. Em geral a escrita acadêmica ainda se apresenta como uma característica muito enraizada na cultura do embranquecimento (GONZALEZ, 1988). Uma escrita que legitima uma elite branca como sendo referência para as demais, onde geralmente são omitindo as identidades de suas e seus autores e autoras, seja de gênero, étnica, de classe, ou suas orientações sexuais. Como primeira reflexão, lembremos: quantos escritores negros não foram e ainda são embranquecidos, assim como compositores e tantos outros profissionais? E quantas mulheres intelectuais não foram referenciadas ou lidas como autores? E compositoras que para terem suas obras reconhecidas e tocadas tiveram que ser assinadas por homens ou colocadas em um lugar subalterno, por ser mulher? (GOMES, 2019). Nós sempre estivemos presentes nos momentos históricos e significativos da formação da nação brasileira. Contudo, esse protagonismo das mulheres, negros, negras, LGBTQIA+, tal como dos povos originários sempre foram e ainda são invisibilizados, negados e ofuscados pelas narrativas coloniais, europeia, etnocêntrica.

2. Primeiros olhares

Me vejo adentrando em um universo de discussões que me são urgentes e necessárias. Sei que esse processo me fará uma pessoa melhor, no sentido de perceber e respeitar as especificidades, as singularidades e individualidade de cada ser. Tenho consciência de que somos e estamos rodeados de uma estrutura que nos poda, enquadra, nos limita, alicerçadas em pensares machistas, homofóbicos, sexistas e racistas. Entendo que essa estrutura está enraizada de tal forma, que mesmo sendo eu, vítima de pensares como esses, por ser originário desse território (indígena Pankararu), de classe pobre e trazer no meu cabelo e pele, fortes traços de minha ancestralidade negra, me pego por vezes preocupado com alguns posicionamentos e comportamentos meus, reflexos dessa triste estrutura patriarcal, eurocêntrica, ocidental europeia. Assim, refletir sobre essas ações é um começo para uma mudança epistemológica em nosso convívio social e acadêmico, e estou eu, aberto a ouvir, rever meus conceitos e ações, na busca de me tornar uma pessoa melhor nesse plano.

Primeiro, sou provocado a pensar, qual a importância dos estudos de gênero e sexualidade em meu trabalho de doutorado *Sonoridades Pankararu: música ancestral, tradicional e contemporânea*. Mesmo sendo meus estudos iniciais sobre o tema, poderia apresentar vários caminhos. De imediato identifico que em todas as existências sonoras-musicais Pankararu, o feminino e o masculino estão presentes. Com essa resposta me surgem outras três perguntas: Essa presença acontece de forma equilibrada? Quais os cargos ocupados pelo feminino e pelo masculino? E em que corpo está esse feminino ou esse masculino? São questões complexas, mas que trago como ponto de partida para começar a me debruçar e discutir sobre o porque há ou não a presença de mulheres cis, homens cis e LGBTQIA+ em determinados cargos. Esses questionamentos, procurarei responder no decorrer de minha investigação, no sentido de propor reflexões junto aos interlocutores e interlocutoras que são parte dessas existências sonoras-musicais.

3. Cosmos-percepções Pankararu sobre ser e estar no mundo

Na cosmologia Pankararu, entendemos que cada ser é único, e a esse ser é atribuída pelo menos uma missão na terra, onde ao aceitá-la estamos trabalhando para que o “equilíbrio” esteja presente em nossas relações humanas e não humanas. No cotidiano de Pankararu, as mulheres cis e LGBTQIA+ desempenham funções de extrema importância dentro dos rituais tradicionais sagrados do povo, exercendo papéis de autoridade como pajés, cantadeiras, benzedeiras e parteiras. A natureza e tudo que vive sobre ela são responsáveis por orientar



nossa existência na terra, fornecendo o sustento espiritual e cultural de nosso povo, e seus espaços sagrados como morada dos nossos encantados. Contudo, quando nos aproximamos de uma organização e perspectivas mais globalizadas - pelo contato com a cidade - nos deparamos com situações desrespeitosas, homofóbicas, sexistas e machistas que são reproduzidas dentro de nosso território como *brincadeiras*. Nesse sentido - sob a percepção Pankararu - trago aqui uma reflexão de reconhecimento e valorização dessas pessoas como sujeitos históricos protagonistas dentro do povo, bem mais do que uma cobrança por igualdades dentro desses fazeres. Se tais temas e questões já são bastante complexos e delicados dentro de suas especificidades, isso se torna ainda mais singular quando pensamos nos povos indígenas, ao acrescentar as questões étnica-culturais e espiritualidades ancestrais.

4. Caminhos de *descobertas* e autorreflexão

Antes de dar continuidade às minhas observações e reflexões, peço licença as e aos parentes e parentas mulheres cis e LGBTQIA+ para caminhar por tais discussões. Da mesma forma que sinto-me incomodado quando algumas pessoas não-indígenas falam sobre nossas culturas e histórias, me preocupo em não ter os devidos cuidados para com suas existências e realidades. Nesse sentido, sigo esse caminho por entender sua importância e urgência de reflexão, buscando promover a valorização e respeito à diversidade de gênero e sexual, contribuindo para o combate a qualquer forma de discriminação, opressão, racismo e preconceito dentro e fora do povo.

Quando criança trabalhava na roça com meu avô - Fausto Monteiro da Silva - *pega a canga e o arado, vamos tombar a terra da roça do salgadinho*, dizia ele na época da chuva. Enquanto preparava os bois para arar a terra, minha avó - Maria das Dores - sempre assava umas tripas de porco e uns beijus na sua cozinha de taipa (ainda consigo sentir o cheiro do café dela). Como era de manhã, a serra grande que fica por trás da sua casa, a cada neblina que se desfazia, aos poucos revelava a sua grandeza. Essa é uma memória que tenho de um amanhecer na casa de meu avô e minha avó. São muitas lembranças de quando criança e adolescente, mas destaco essa experiência por ser uma narrativa coletiva. Muitos parentes vivem da atividade agrícola em meu povo. Desde o preparo do solo até o resultado do produto final são muitas experiências, ensinamentos e aprendizados. A farinhada por exemplo, que pode durar dias, semanas e até meses, é um momento muito rico para nós. Nesse processo todos temos nossa função, um grupo é responsável por levar as mandiocas à casa de farinha nos jegues, enquanto outro grupo é responsável por raspar as mandiocas, outro por triturá-la e prensá-la até extrair seu líquido, do qual se faz a goma para o beiju. Destaco que em todos os grupos - da farinhada



- há a presença dessa diversidade de gênero e sexual, onde o processo é vivido de forma natural e respeitosa. Não quero dizer que não há preconceito em todo nosso território, mas que há uma consciência coletiva de que somos parte de algo maior, em que o respeito é a base para que as coisas fluam da maneira mais tranquila e satisfatória possível. Esse respeito se estende a todos os espaços da vida cotidiana em Pankararu. Aqui apresentarei algumas atividades que realizamos em Pankararu, na qual as mulheres ocupam funções importantes na manutenção e valorização dessas práticas.

Em Pankararu, os campos e poeirões de futebol antes eram considerados espaço excepcionalmente masculinos, hoje é um lugar de destaque das habilidades femininas. Tempos atrás, minha mãe - Maria José - quando criança, com suas outras cinco irmãs eram incentivadas pelo seu pai Fausto a jogarem futebol. Quase todo final de semana ele as levava ao campo da aldeia Saco dos Barros para praticarem o esporte. Para meu avô e outras pessoas de sua época, não era problema que as meninas jogassem futebol, muito pelo contrário, em tempos e tempos havia amistosos entre aldeias e com outros times de fora das aldeias que mobilizavam o povo. Minha mãe e suas irmãs foram crescendo com outras parentes do povo e continuaram jogando pelas aldeias e localidades próximas. Com o passar dos anos algumas se tornaram jogadoras amadoras reconhecidas dentro e fora do nosso território. Atualmente minha mãe e três de suas irmãs são professoras da rede escolar indígena em Pankararu, onde recentemente, alunas da Escola Estadual Indígena Pankararu se destacaram nos jogos escolares na fase do Pernambucano mesmo sem ter estruturas básicas para treino dentro do povo. Duas equipes do futsal feminino, da categoria mirim e infantil disputaram a final no campeonato realizada na capital Recife¹. Essa conquista chamou a atenção de uma equipe do Globo Esporte de Pernambuco que deu visibilidade ao povo Pankararu de tal forma que as meninas conseguiram que duas quadras fossem construídas dentro de nosso território.

Outro espaço que tempos atrás era tido como majoritariamente masculino era a festa do reisado. Essa prática, que ficou adormecida por cerca de 15 anos, ressurgiu com força, tendo à frente Kleane Soares e sua mãe Edicarla Monteiro. Hoje na prática do reisado, as figuras femininas são bastante expressivas. São elas responsáveis pelo grupo, assim como pela organização e orientação das apresentações. No reisado, cerca de trinta pessoas participam diretamente da performance, além da rainha (uma das figuras centrais) há outros personagens como o gentil, os mateus, um grupo de dançarinas e outro de dançarinos. O reisado é um momento de entrega daqueles que participam, que também está presente não só a diversidade de gênero. É importante frisar que quando falo “gênero” trago como algo associado ao sexo

(homem e mulher) mais não à sexualidade dessas pessoas. Embora sejam jovens - Kleane e sua Mãe - podem ser consideradas duas mestras da cultura popular em Pankararu, visto que estão elas neste lugar de busca e transmissão desses conhecimentos dentro do povo. Estudos como o que Jorge Lago sobre mestras da cultura popular em Belém/PA (LAGO, 2017) e de Eurides Santos e Erivan Silva sobre o protagonismo feminino negro no coco paraibano (SILVA; SANTOS 2020), nos mostra que há uma presença significativa de mulheres à frente das práticas populares.

Os indígenas quando descritos nas literaturas hegemônicas e/ou apresentados nas grandes mídias (novelas e filmes) são descritos de formas estereotipadas, e sempre colocados em um lugar *primitivo* e de inferioridade. A figura do homem indígena geralmente é tida como um caçador, guerreiro, com objetos estereotipados (lanças, arcos e flechas) e as mulheres aparecem como um ser frágil, ingênuo e subalterno. Se os povos indígenas já são vistos pejorativamente e de maneira generalizada por boa parte da sociedade, quando se trata de suas subjetividades isso se torna mais complexo e por vezes agressivo. No documentário *Terra Sem Pecado*ⁱⁱ jovens indígenas LGBTQIA+ estudantes da UnB, trazem algumas reflexões sobre suas experiências nas aldeias e fora delas. Todos os estudantes neste documentário sinalizam que em menor ou maior grau, a igreja - protestante e/ou católica - tem sua parcela de culpa no processo de repressão de suas sexualidades, o que acarreta em sequelas prejudiciais na vida de muitos desses e dessas jovens. Ao mesmo tempo, trazem esses episódios de discriminação como fortalecimento para reafirmar suas orientações sexuais, suas identidades étnicas, transformando em motivações para juntos pensar formas de amenizar tais situações de racismo e preconceito dentro de seus territórios.

Dentro de Pankararu o comportamento machista e homofóbico que percebo é um reflexo da estrutura que temos no país, heranças e fragmentos das mazelas da colonização, potencializadas pela globalização. Um exemplo dessa estrutura machista e sexista veio com a chegada do Posto Indígena (P.I) dentro do território Pankararu na década de 1940. As nossas lideranças eram em sua maioria mulheres, as mais conhecidas eram as três Marias. Maria Antônia da Luz (Maria Calu), Maria Pedro e Maria Chulé, eram pessoas sábias que organizavam e orientavam as festas ritualísticas, assim como responsáveis por mediar conflitos internos e externos. Muitas de suas filhas e netas deram continuidade a essas forças de lideranças, mas que não ocuparam os primeiros cargos oficiais imposto pelo SPI, visto que o P.I trazia como estruturas organizacionais de indianidade os cargos de cacique, pajé, conselheiro, deixando de lado essas figuras femininas. A princípio era só um título burocrático,



as nossas lideranças tradicionais femininas não perderam sua credibilidade e força, continuaram trabalhando com e para o povo. No entanto, a palavra, o termo, o nome dos cargos estarem no masculino com o passar do tempo foi se naturalizando que apenas os homens poderiam ocupar tais cargos. Relatos de alguns parentes do povo Tuxá/BA sinalizam que antes do P.I havia cinco mulheres que eram tidas como grandes lideranças de seu povo.

É importante reafirmar que hoje há mulheres cis, assim como LGBTQIA+ nesses cargos tidos genericamente como masculino, são cacicas, pajés, lideranças locais e tradicionais em vários povos, não só do Nordeste, desempenhando essa função de lideranças, se mobilizando politicamente. As mulheres indígenas estão se articulando e se organizando de forma mais deliberativa cada vez mais. No Acampamento Terra Livre (ATL) que acontece anualmente em Brasília, em 2020 elas realizaram a primeira Marcha de Mulheres Indígenas em Brasíliaⁱⁱⁱ, onde aconteceu um fórum das mulheres indígenas com o tema *Território: nosso corpo, nosso espírito*, trazendo para o centro de discussões suas demandas e anseios. As mulheres indígenas estão também em evidência nos espaços políticos do Estado, tivemos a primeira candidata indígena a vice-presidência da república Sônia Guajajara que é também membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Já nas últimas eleições municipais tivemos várias mulheres indígenas eleitas como vereadora em várias cidades do país, em Rodela-BA por exemplo, se elegeram cinco indígenas do povo Tuxá. Ainda nesses cargos políticos temos também a primeira deputada Federal Joênia Wapichana, uma guerreira que vem fazendo história nos seus primeiros anos de mandato como a única parlamentar indígena no congresso na atualidade. Dentre suas batalhas enquanto parlamentar, destaco os recentes ataques aos nossos direitos territoriais que estão tramitando no congresso. A tese do Marco Temporal onde diz que poderá ser reconhecida como terras indígenas aquelas que tenham comprovação da presença do povo no dia 5 de outubro de 1988. Outra tramitação que fere nossos direitos constitucionais é o Projeto de Lei 490/2007, da bancada do agronegócio, que se aprovado, vai inviabilizar as demarcações de terras indígenas e permitir a anulação de terras já demarcadas. No mês de junho de 2021 se iniciou a tramitação desta PL, que mesmo sendo uma proposta inconstitucional, segue em andamento, já aprovada pela Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) com um número significativo de votos a favor.

Na verdade, as mulheres indígenas sempre estiveram em grandes momentos políticos do movimento indígena, seja a nível nacional ou regional. Ana da Luz Fortes do Nascimento, conhecida como Fen Nô do povo Kaingang/SC foi uma grande liderança feminina com forte atuação política entre as décadas de 1930 e 80 (JAGSO, 2018) Outra figura

emblemática que representou muito bem os povos indígenas por muitos anos foi Quitéria Maria de Jesus, conhecida como Quitéria Binga Pankararu^{iv}. Ela esteve presente - assim como Fen'Nó - nas discussões sobre os textos referentes aos povos indígenas na constituinte de 1987, textos que foram promulgados no ano seguinte na Constituição Federal de 1988 nos artigos 231 e 232. Assim, como elas haviam outras mulheres indígenas nesses momentos tão importantes e históricos para nossa democracia.

Pessoas que na sociedade não-indígena são excluídas e subalternizadas (mulheres, homossexuais e pessoas com menos condições financeiras), dentro de nosso povo são referências e ocupam espaços de muita importância em nossos rituais sagrados. Essa percepção acontece por consequência de nossa espiritualidade, é a partir da fé na força encantada que nos organizamos socialmente, politicamente dentro e fora do povo. Nas práticas culturais ancestrais Pankararu, a única restrição das mulheres é o acesso às roupas que representam nossos mestres encantados, pois está ligada a uma questão espiritual do povo. Mas, isso significa que uma mulher não poderá vestir um tonã de caroá, visto que são os próprios encantados que determinam quem é ou não merecedor de dançar com suas roupas. Dentre os *moços* que vestem a roupa de nossos encantados há héteros cis e não-héteros cis, assim como há cantadores e cantadeiras. O ritual da corrida do imbu - principal festa do nosso povo - é um momento de síntese desse entendimento ancestral. Nessa festa que tem a duração de pouco mais de três meses, agradecemos aos elementos da natureza por estarem fazendo suas funções, e pedimos para que continuem. Aos animais, dançamos e cantamos seus toantes sagrados, nesse momento do ritual quem conduz a dança são as mulheres, ao som das vozes de três cantadeiras responsáveis - Tia Dida, Tia Bárbara e Tia Dora - e um cantador autodeclarado gay - Alciran Monteiro. Os rituais são resistência, e ao mesmo tempo espaço político de afirmação e reafirmação de nossa identidade étnica.

Contudo, ao nos distanciarmos um pouco dos afazeres ritualísticos Pankararu, o *vírus do branco* ocidental começa a agir em situações do cotidiano do povo. Por consequência deste semestre incomum, pude observar o cotidiano de muitas mulheres, que respeito e tenho profunda admiração aqui dentro do povo. Na verdade, essas observações me causaram bastante incômodo, por ser homem, ter privilégios, e ainda mais depois de ter acesso a determinadas discussões. A jornada de trabalho de muitas mulheres Pankararu é quase ou se não o dobro de alguns homens do povo. Mesmo que essas mulheres tenham um emprego, geralmente elas são responsáveis por cuidar dos afazeres da casa assim como cuidar das crianças. Infelizmente essa espera pela mulher para os afazeres domésticos ainda é algo naturalizado em nosso povo,

somos envolvidos diariamente por esse pensamento e estrutura machista, sexista, que inconscientemente ajudamos a manter ativa essa realidade, muito disso por ser cômodo a nós e não nos afetar negativamente, mas também por está naturalizado na própria concepção feminina do povo.

Há anos que sou responsável direto por lavar minhas roupas, por consequência da minha saída do território para estudar fora em 2010. Hoje, divido os afazeres domésticos com minha companheira Cibelle Assis - indígena Tuxá - em uma casa alugada na cidade de Feira de Santana/BA. Mas, um dia desse em Pankararu, ao perceber que a chuva da noite passada havia molhado as roupas sujas que estavam em um balde no quarto de trás, resolvi levá-las para que não viesse a mofar. Enquanto lavava as roupas, algumas pessoas passavam em casa à procura de meu pai ou minha mãe, e me viam sentado em um batente espremendo as roupas em uma bacia. Percebi os olhares, e logo alguns comentários vinham a mim “e cadê sua mulher?” “Oxe, e tu é quem lava as roupas?” “mas quem já viu”. Depois desse episódio, percebi que não bastava fazer tarefas que há muitos tempos foram entendidas como femininas, ou designadas apenas às mulheres, mas sim fazer com que as pessoas me vissem realizando-as, e assim talvez pudessem naturalizar e passassem a refletir sobre essas ações. Outro dia, fiz uma visita a um colega na cidade de Jatobá/PE e acabei almoçando em sua casa. Comigo havia outras duas amigas que também estavam ali a visitá-lo. Ao terminar de almoçar me direcionei à pia e comecei a lavar a louça que usei. A frase dessa vez veio da mulher mais velha da casa: *o que tá fazendo? deixa aí na pia. Com duas meninas novas aqui pra lavar*. Sinceramente na hora fiquei atordoado, pois há poucos dias havia lavado uma louça em outra residência e a dona da casa havia ficado extremamente ofendida. Dias depois, refletindo sobre esses dois últimos episódios da louça, percebi que as situações ainda são mais complexas do que imaginei. Infelizmente, boa parte da população ainda vê o “homem” como aquele ser viril, que compete a ele os trabalhos pesados, que em suas funções de “homens” não inclui atividades domésticas. É a mesma figura de “homem” que não chora, mas que está sempre disposto, que é destemido. Quando criança, quantas vezes não ouvi: *isso não é coisa de homem* - quando brincava de pular corda por exemplo, ou *quem já viu homem chorar*, ou *não é homem não?* por não conseguir levantar um peso ou aceitar um desafio. São por episódios e frases como essas que se faz necessário nos debruçarmos cada vez mais sobre os estudos de gênero, sexualidade, feminismo e outros movimentos de luta pelo respeito à diversidade e forma de ser e estar no mundo. Hoje tenho um filho de quatro anos, e digo a ele que é natural e normal chorar, assim como sentir

medo, que ele pode fazer e brincar do que ele quiser e não devemos nos envergonhar, e que devemos respeitar a singularidade e subjetividade das outras pessoas.

5. Algumas Considerações Finais

Fazer essas observações sobre Pankararu a partir da perspectiva de gênero a da diversidade sexual dentro do povo para pensar tais discursos em outros espaços como acadêmicos me abriu os olhos para situações óbvias, tais como a importação dessas pessoas para manutenção e fortalecimento de nossa cultura - pensando em nossa identidade étnica - e ao mesmo tempo que os reflexos da colonização potencializada pelas igrejas carregam uma grande parcela de culpa para episódios racistas, homofóbicas, machistas e sexistas. Agora me pego pensando em formas de como amenizar esses episódios e situações, ou melhor, de mudar essas situações. Talvez, os pequenos atos e ações que descrevi como passar a fazer tarefas tidas como de “mulher”, assim como não rir de comentários homofóbicos e dizer que tal exposição deixa aquela pessoa desconfortável tenha bastante impacto positivo se pensarmos que somos sempre referência de alguém.

Como coloquei no início deste artigo, reconheço meu lugar de homem, hetero, cis e não sofro na pele o que muitos parentes passam, mas me coloco à disposição para trabalharmos juntos, na luta por um bem comum, por um bem viver, onde o respeito esteja sempre presente em nossas relações. Na verdade, ao fazer essa observação, percebo que os não-indígenas ainda tem muito que aprender com os povos originários. Desde antes da invasão já havia relações homoafetivas, assim como o lugar da mulher não era e nem é sempre o lugar da fragilidade do delicado e da subalternidade.

O caminho para um mundo mais justo sem preconceitos é bastante árduo, seja para questões de gênero, classe, raciais e diversidade sexual, mais que necessário, são questões urgentes, porque para além de visibilidade dessa diversidade e seu protagonismo na história e na atualidade, devemos pensar que há muitos sendo mortos e agredidos das mais diversas formas, sejam físicas e/ou psicológicas. Os índices de suicídios entre jovens indígenas LGBTQIA+ só tem aumentado, por não serem aceitos dentro de suas especificidades, assim como a violência doméstica contra as mulheres que só cresceu neste período de pandemia e infelizmente também é uma realidade dentro dos povos indígenas.

Contudo, cabe a nós, *mulheres, homens, crianças, jovens, índios, negros, branco, amarelo, verde, azul e pardos* - como diz a letra da música *Extermino sutil* do Coisa de Índio - continuarmos fortalecendo e ampliando essas redes de militâncias sociais e solidariedade entre



os diversos segmentos, assim quem sabe essa unificação das lutas possam de fato resolver, ou pelo menos, amenizar tais problemas da nossa sociedade que são gritantes. Concluo, o lugar de cada pessoa é onde ela queira estar, não há lugar predestinado de subalternidade das classes tidas como *minorias*, mas há sim uma desigualdade racial, social e de gênero que precisa ser desestruturada com urgência.

Referências

- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe em um dos lugares de nascimento de minha escrita. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/search/label/escrevivencia>.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988 b, p. 69-82.
- GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. O grupo Chiquinha Gonzaga e a composição “atraente”: narrativas biográficas. revista música | vol. 19, n.1 | julho de 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/157732/154363>.
- Grupo Musical Coisa de Índio. Extermínio sutil. Vídeo no youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K7U-5KPfq2A>. Acessado em 05 de jul. de 2021.
- JAGSO, Joziléia Daniza; SILVA, Inácio Schild Elis do Nascimento. À luz forte de Fen´nó: a luta da guerreira Kaingang pela terra. 2018. Disponível em: https://osbrasis.trgbr.com/wp-content/uploads/2018/04/Jozileia-e-Elis_BIOGRAFIA-DE-FEN%C2%B4N%C3%93.pdf.
- LAGO, Jorgete Maria Portal. Mestras da cultura popular em Belém-PA: narrativas de vida, ativismos culturais e protagonismos musicais. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27517>.
- SOARES, L. V; MACHADO, P. S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. (2017) Psicologia Política, 17(39), p. 203-219.
- SILVA, Erivan; SANTOS, Eurides de Souza. O protagonismo musical feminino negro no universo do coco de roda paraibano. XXX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Campina Grande – 2020. Disponível em: <https://anppom.org.br/congressos/anais/atuall/>.

ⁱ Link da matéria do Globo Esporte: <https://globoesporte.globo.com/pe/futebol/times/nautico/noticia/indias-pankararu-quebram-tradicao-e-transformam-aldeia-com-pratica-do-futebol.ghtml>

ⁱⁱ Link do documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w>

ⁱⁱⁱ Link da matéria: <https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/>

^{iv} Era parteira e rezadeira do nosso povo, foi a primeira liderança a implantar uma creche em área indígena e a criar a primeira casa de parto, ela lutou pela melhoria da educação, saúde e questões territoriais do nosso povo Pankararu.